

Estatutos do Banco União da Bahia

TITULO I

DO BANCO, SUA SÊDE, PRAZO DE DURAÇÃO E DO CAPITAL

Art. 1.º O Banco União da Bahia, fundado nesta praça, é uma associação bancaria que se regerá por estes estatutos e pela legislação especial das sociedades anonymas e dos bancos de emissão, na parte que lhe for applicavel.

Art. 2.º A sêde, o fôro juridico e a administração geral do Banco serão, para todos os effeitos legais, nesta cidade.

Art. 3.º O prazo estipulado para a duração do Banco é de 60 annos, contados da data de sua formação, podendo ser prorogado por deliberação da assembléa geral de seus accionistas e approvação do governo.

O Banco não poderá entrar em liquidação ou ser dissolvido antes de expirado o prazo estipulado sem que se verifique alguma das hypotheses previstas na legislação em vigor.

Art. 4.º O capital do Banco é de 8.000:000\$, dividido em 40.000 acções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado por deliberação da assembléa geral dos accionistas.

Este capital será constituído em moedas de ouro, nacionaes, inglezas, soberanos e meios soberanos, e francezas de 20 e 10 francos.

Quando, porém, a lei venha a admittil-o, o capital poderá ser constituído tambem em moedas de ouro de outros paizes o barras de ouro.

Paragrapho unico. 1.º A transferencia das acções será feita nos registros do Banco e nos que nas suas filiaes e agencias, no Imperio e no estrangeiro, o mesmo Banco estabelecer para isso;

2.º A' directoria compete resolver quaes as filiaes e agencias que os deverão ter, podendo a todo tempo supprimil-as;

3.º Neste caso, as acções que constarem dos registros cessantes serão inscriptas em qualquer outro que o Banco tiver funcionando e que seja escolhido pelo possuidor;

4.º Fica livre aos accionistas transferir as acções de um registro para outro, quando isso lhes convenha;

5.º No logar em que as acções estiverem registradas se effectuará o pagamento dos respectivos dividendos;

6.º A directoria poderá, quando o entender, facultar aos accionistas a conversão das acções que possuirem, no todo ou em parte, em titulos de acções ao portador, de conformidade com a lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, na parte applicavel;

7.º Os possuidores destas acções, para poderem fazer parte das assembleas geraes, depositarão no Banco os respectivos titulos tres dias, pelo menos, antes da reunião.

Art. 5.º O capital será realizado em prestações, sendo a primeira de 10 % no acto da assignatura dos estatutos; a segunda, tambem de 10 %, depois de constituído o Banco; e as restantes com intervallos nunca menores de 60 dias e não excedentes a 10 % cada uma.

Art. 6.º Os accionistas que não effectuarem o pagamento nos prazos fixados pela directoria e o realizarem dentro de 30 dias subsequentes, incorrem na multa de 1 % sobre a prestação retardada.

Si, findo este prazo, a prestação retardada e a importancia da multa não tiverem sido realizadas, perderá o accionista o direito ás quantias com que houver anteriormente concorrido, as quaes reverterão em beneficio do fundo de reserva, e as respectivas acções serão declaradas em commisso e de novo emitidas pelo Banco.

Art. 7.º O Banco poderá estabelecer caixas filiaes ou constituir agencias, nas praças do Imperio e nas do estrangeiro.

TITULO II

DOS FINS E OPERAÇÕES DO BANCO

Art. 8.º O Banco União da Bahia terá o direito de emittir bilhetes ao portador e á vista, convertiveis na moeda metallica de que trata o art. 4º, e poderá:

1.º Contractar com o governo provincial, si a este aprover,

o pagamento dos juros e amortização dos empréstimos internos e dos externos, encarregando-se, nesta parte, do serviço do Thesouro Provincial e fazendo adeantamento, em conta corrente, dos fundos para isso necessários ;

2.º Encarregar-se, mediante qualquer contracto, do resgate, nesta provincia, do papel-moeda do Estado ;

3.º Negociar empréstimos por conta da provincia, da municipalidade ou de qualquer empresa industrial, quer internos quer externos ;

4.º Empréstar ao Thesouro Provincial, sob as condições que forem estabelecidas, as sommas de que o mesmo carecer ;

5.º Descontar e redescontar letras de cambio, da praça e outros titulos commerciaes à ordem com prazo fixo, contendo firmas de reconhecida solvabilidade, bilhetes do Thesouro Geral e das Thesourarias Provinciaes, cautelas na Casa da Moeda e outros titulos que representem divida do Estado ou das provincias ;

6.º Fazer adeantamentos em conta corrente e a prazo fixo, sobre penhor de metaes preciosos amoeitados ou não, diamantes, titulos da divida publica, brasileira e estrangeira, divida provincial e municipal, letras hypothecarias, titulos commerciaes ou outros garantidos pelo Estado e acções ou obrigações (*debentures*) de sociedades anonymas acreditadas e nos termos da legislação vigente ;

7.º Subscrever, comprar e vender, por conta propria ou de terceiros, titulos da divida publica geral, brasileira e estrangeira, provincial e municipal, letras hypothecarias, acções e obrigações (*debentures*) de empresas commerciaes e industriaes de credito firmado, podendo tambem comprar e vender metaes por conta propria e por commissão ;

8.º Negociar, dentro ou fóra do Imperio, a collocação de empréstimos do governo geral, das provincias e das municipalidades, assim como de instituições financeiras e industriaes ; abrir subscripções para a sua emissão e participar de todos os empréstimos e subscripções ;

9.º Negociar de conta propria quaesquer empréstimos ou operações financeiras e promover uns e outras mediante commissão ;

10. Effectuar de conta propria e de terceiros, operações de cambio, movimento de fundos, e conceder cartas de credito com garantia idonea ;

11. Adeantar dinheiro sobre café e outras mercadorias que não sejam de facil deterioração, armazenadas e em viagem, contra conhecimentos, quando taes operações offereçam inteira segurança de reembolso em curto prazo e sejam cercadas de garantias effectivas ;

12. Abrir contas correntes garantidas com os penhores a que se refere o parographo antecedente, com titulos commerciaes, cartas de credito ou valores effectivos, a juizo da directoria ;

13. Receber em conta corrente de movimento, com ou sem juros, dinheiro de particulares, de quaesquer empresas e estabelecimentos publicos, tomar dinheiro a premio, em conta corrente

e por letras a dias de vista ou a vencimento fixo, podendo ser estas nominativas e ao portador ;

14.º Applicar até 25 % do seu capital a contractos de penhor agrícola, por prazo de um a tres annos, e ainda por escripto particular, assignado pelo devedor e duas testemunhas, com as firmas reconhecidas e devidamente registrado.

Paragrapho unico. Os valores ou titulos sobre os quaes o Banco é autorizado a operar nos differentes numeros deste artigo, devem ser a curto prazo e de facil liquidação.

Art. 9.º Além das operações bancarias e commerciaes poderá o Banco, mediante as commissões que estipular :

Encarregar-se de auxiliar a organização de empresas de utilidade publica reconhecida ;

Receber em deposito titulos, metaes preciosos, moedas de ouro e prata, diamantes e outros quaesquer valores, accoitar mandatos para cobrança de rendimentos, para arrecadar heranças e liquidar operações, sem todavia comprometter-se pela sua execução ou de qualquer forma assumir-lhe a responsabilidade.

Art. 10. O Banco não poderá fazer emprestimos directos sobre hypotheca de propriedades immoveis ; mas, si lhe for necessario garantir-se por divida anterior, poderá validamente accoital-a.

Art. 11. No caso de corrida dos depositantes em conta corrente para retiradas immediatas, o Banco reserva-se o direito de pagar-lhes por meio de letras que vençam o mesmo juro e sejam divididas em seis series correspondentes á data da exigencia, e resgataveis de 15 em 15 dias, de modo que ao cabo de 90 dias esteja restabelecido o pagamento á vista.

TITULO III

DOS BILHETES DO BANCO E SUA GARANTIA

Art. 12. Os bilhetes ao portador e á vista, convertiveis em moeda metallica que o Banco emittir, na conformidade do art. 8º, serão dos valores de 10, 20, 30, 50, 100, 200 e 500 mil réis, e de estampa e desenhos differentes para cada valor, devendo conter além da numeração e designação da serie e estampa :

a) A inscripção do valor que representam pagavel ao portador e á vista em moeda metallica ;

b) O nome do Banco União da Bahia e sua séde ;

c) A assignatura de chancellia do thesoureiro da Caixa da Amortização ;

d) A assignatura do proprio punho do presidente do Banco, na conformidade do art. 44, n. 4, e art. 45.

Art. 13. Os bilhetes em circulação nunca poderão exceder em valor ao triplo do deposito que, nas moedas de que trata o art. 4º, tiver o Banco em seus cofres.

Art. 14. Sempre que o Banco quizer alargar a sua emissão, aumentará o deposito de que trata o artigo antecedente.

Art. 15. O Banco obriga-se a pagar à vista e em moeda metálica, na fôrma do art. 4.^o, os bilhetes de sua emissão, excepto:

- a) Os que se formarem de pedaços;
- b) Os que não tenham bem intelligíveis o numero, a serie, a estampa e o nome do Banco.

Art. 16. Os portadores dos bilhetes do Banco terão privilegio para seu pagamento, com exclusão de quaesquer outros credores, sobre o capital e o activo do mesmo Banco.

TITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 17. A assembléa geral é a reunião de todos os accionistas possuidores de 10 ou mais acções, inscriptas no registro do Banco com antecedencia não inferior a quatro mezes, salvo o disposto na parte final do paragrapho unico do art. 4.^o

Para todos os effeitos, podem os accionistas fazer-se representar nas assembléas por procuração.

As sociedades anonymas ou corporações serão representadas por um dos seus mandatarios; as firmas sociaes por um dos seus socios; as mulheres casadas por seus maridos; os menores, os fallidos e os interdictos por qualquer motivo por seus tutores e representantes legaes, devendo os documentos comprobatorios do mandato ou representação ser apresentados no Banco com tres dias de antecedencia ao da reunião.

Paragrapho unico. Os accionistas que tiverem transferido suas acções em caução conservam o direito de representação nas assembléas goraes, assim como o de receber os dividendos, salvo, quanto a estes, estipulação em contrario, que deverá ser communicada ao Banco pelos interessados.

Art. 18. Para se constituir a assembléa geral é necessario que esteja representada, no minimo, a quarta parte das acções emittidas.

Si no dia e hora aprazados não comparecerem, por si ou por procuradores, accionistas em numero sufficiente para constituir assembléa geral, será por annuncios nos jornaes convocada nova reunião, e esta deliberará validamente, qualquer que seja a somma de capital representada.

Tratando-se, porém, da reforma de estatutos, augmento de capital ou liquidação do Banco, observar-se-ha o que dispõe o art. 65 do regulamento promulgado pelo decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

Art. 19. Haverá annualmente uma assembléa geral ordinaria que deverá effectuar-se nos mezes de fevereiro ou março, e as extraordinarias que a directoria ou o conselho fiscal julgar necessarias, ou forem requisitadas á directoria por este ou mais accionistas que representem no minimo uma quinta parte do capital do Banco, e exponham os motivos da requisição.

Art. 20. As assembléas geraes serão presididas pelo presidente do Banco em exercício, servindo de secretarios dous accionistas que elle indicar e forem approvados pela assembléa.

Art. 21. Nas reuniões ordinarias serão apresentados ao exame e deliberação da assembléa os relatorios e contas da administração e o parecer do conselho fiscal.

Depois de julgadas as contas, seguir-se-ha a eleição do conselho fiscal, que será sempre annual, e a de directores, quando necessaria.

Nas assembléas extraordinarias sómente se tratará do assumpto especial que tiver occasionado a convocação.

Art. 22. Os directores e os fiscaes não podem tomar parte nas votações referentes ás contas ou actos administrativos, nem podem, na qualidade de mandatarios, representar outros accionistas.

Art. 23. As votações nas assembléas geraes serão contadas, para todos os effeitos, na razão de um voto para 10 acções.

Os possuidores de mais de 10 acções terão tantos votos quantas vezes 20 acções de mais possuirem ou representarem, comtanto que nenhum tenha mais de 10 votos em hypothese alguma.

Quando se proceder ás eleições, a votação será sempre por escrutinio secreto, e quando se tratar de reforma de estatutos, augmento de capital ou liquidação do Banco, será por acções, salvo voto unanime da assembléa.

Todas as outras votações serão symbolicas, salvo resolução em contrario da assembléa geral ou reclamação de tres accionistas possuidores, cada um, de 50 ou mais acções.

Art. 24. Os accionistas que possuirem menos de 10 acções não tem direito de votar nem concorrem para a formação da assembléa geral, mas podem assistir ás reuniões, discutir e propor o que entenderem conveniente.

Art. 25. A convocação da assembléa geral ordinaria se fará por annuncios nos jornaes, com antecedencia de 15 dias ao que for marcado para a reunião, e a das extraordinarias, com anticipação não inferior a cinco dias.

A transferencia das acções será suspensa alguns dias antes daquelle que for fixado para a reunião da assembléa geral, dando-se disso noticia por annuncios nos jornaes.

Art. 26. Nas attribuições da assembléa geral se comprehende o direito de :

Reformar os estatutos, ficando, porém, a reforma dependente da approvação do governo ;

Augmentar ou reduzir o capital social ;

Julgar as contas annuaes, e dar ou negar quitação aos mandatarios ;

Eleger os directores e marcar-lhes os vencimentos ;

Eleger o conselho fiscal ;

Alterar as quotas destinadas ao fundo de reserva ;

Deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração, dissolução e liquidação do Banco, de conformidade com a legislação vigente ;

E, finalmente, tomar conhecimento e resolver sobre todos os interesses do Banco.

Art. 27. A approvação, pela assembléa geral, das contas annuaes e actos administrativos, extingue completamente a responsabilidade dos mandatarios, em relação ao periodo das mesmas contas, salvo as hypotheses previstas nos arts. 74 e 75 do decreto n. 8821.

TITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO

Art. 28. A directoria do Banco será composta de cinco membros, os quaes nomearão de entre si um presidente, um vice-presidente, um secretario e um gerente.

§ 1.º Quando entre os directores eleitos não houver alguém que possa e queira exercer as funções de gerente, a directoria nomeará um, que poderá ser ou não escolhido entre os accionistas.

§ 2.º Verificando-se a hypothese de ser nomeado gerente um dos directores, poderá o nomeado exercer simultaneamente os dous cargos, não tendo, porém, o direito de votar nas deliberações da directoria, quando se tratar exclusivamente de conferir-lhe attribuições ou julgar dos seus actos.

Art. 29. Os directores são eleitos pela assembléa geral por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos..

Si no primeiro escrutinio se der o caso de não haver maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os nomes mais votados, em numero duplo aos que tiverem de ser eleitos, e neste caso bastará a maioria relativa de votos.

Havendo empate, decidirá a sorte.

Art. 30. Para exercer os cargos da administração é necessario ser accionista, e que o director presidente deposite no Banco os titulos de 200 acções e os outros directores os de 100 cada um.

Estas acções serão escripturadas como caução e garantia dos actos administrativos, não podendo ser alienadas enquanto não forem approvadas pela assembléa geral as contas dos que tiverem exercido o mandato.

Art. 31. Não poderão exercer conjunctamente o cargo de directores, accionistas que forem sogro e genro, os cunhados durante o cunhadio, os parentes por consanguinidade até ao 2º grão, e os socios de firmas commerciaes; assim como não poderão ser eleitos os impedidos de negociar, de accordo com as disposições doCodigo Commercial.

Art. 32. Quando a escolha da assembléa geral tiver recahido em pessoas que estejam impedidas pelas disposições da primeira parte do artigo precedente, serão declarados nulos os votos que tiver obtido o menos votado e proceder-se-ha, em acto successivo, a nova eleição.

Art. 33. Quando, por motivo de fallecimento, impedimento legal ou resignação do cargo, se verificar alguma vaga de director, a directoria poderá preenchê-la, nomeando um accionista que reuna as condições de elegibilidade.

O mandato do nomeado durará unicamente até á primeira reunião da assemblea geral ordinaria.

Não podendo comparecer qualquer director por motivo justificado, ou por ausencia em serviço do Banco, a directoria nomeará da mesma forma um accionista nas condições mencionadas, cessando o mandato deste quando o impedido ou ausente se apresentar.

Esta nomeação, porém, só terá logar não havendo numero sufficiente de directores para poder deliberar.

Art. 34. Si algum director, sem causa justificada, deixar de exercer as funções do seu cargo por tempo excedente a quatro mezes, entendendo-se que resignou o logar; podendo este ser preenchido conforme o disposto no artigo precedente, primeira parte.

Art. 35. Os directores são responsaveis pelos seus actos de mandatarios, nos termos da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

Art. 36. São attribuições e deveres da directoria :

1.º Organisar o cadastro, o qual deverá rever em periodos que não excedam de um trimestre, e fazer-lhe as alterações que forem necessarias;

2.º Resolver sobre a fundação das caixas filiaes e agencias por conta do Banco, determinando a natureza e os limites das operações que os respectivos delegados poderão fazer;

3.º Nomear e destituir o gerente do Banco e os das caixas filiaes, assim como demittir os respectivos empregados, marcando a todos os seus vencimentos e fazendo com elles os contractos que forem necessarios;

4.º Nomear e destituir os agentes do Banco e contractar com elles as respectivas commissões;

5.º Tomar conhecimento das transacções, examinar os balanços mensaes e semestraes, e proceder a qualquer averiguação que julgar necessaria;

6.º Fixar o dividendo que deve ser distribuido semestralmente;

7.º Eleger o presidente, o vice-presidente e o secretario;

8.º Requerer a dissolução e liquidação do banco, nos termos do art. 29, n. 1, do decreto n. 10.262 de 6 de julho de 1889.

Art. 37. O presidente em seus impedimentos será substituido pelo vice-presidente, e este pelo director que entre si os presentes nomearem.

O secretario terá a seu cargo o livro das actas da directoria, assim como assignará com o presidente os titulos representativos das acções.

O secretario será substituido em seus impedimentos pelo director que o presidente designar.

Art. 38. As reuniões ordinarias da directoria terão lugar semanalmente, e as extraordinarias quando o presidente as convocar.

Art. 39. A directoria funciona e resolve validamente quando estiverem presentes, pelo menos, dous directores, além do presidente.

As deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes, decidindo o presidente em caso de empate.

De todas as sessões se lavrará a respectiva acta em livro especial, sendo as actas assignadas pelo presidente e pelo secretario.

Art. 40. O mandato da directoria é pleno, dentro dos limites dos estatutos e da lei, e nelle se inclue o direito de transigir e o de resolver amigavelmente as questões entre o Banco e seus devedores ou terceiros, e o de demandar e ser demandado.

Art. 41. Durará seis annos o mandato conferido aos directores, e é permittida a sua reeleição.

Art. 42. O presidente e os directores serão remunerados com vencimentos fixos e com uma porcentagem sobre os dividendos, marcados pela assemblea geral na sua primeira reunião.

Art. 43. São attribuições e deveres do presidente :

1.º Executar e fazer executar os estatutos, as deliberações da directoria e da assemblea geral, e tomar conhecimento diario das operações do Banco ;

2.º Representar officialmente o Banco em todas as suas relações, quer perante o governo imperial e as autoridades administrativas, quer em juizo ou fóra d'elle, sendo-lhe facultado para todos esses fins constituir mandatarios ;

3.º Assignar os balanços, procurações, contractos que tiverem sido autorizados, e assignar, com o secretario, os titulos representativos das acções ;

4.º Assignar as notas em circulação, e com o gerente os titulos de responsabilidade do Banco, seus saques, letras, endossos e creditos que abrir ou conceder e tudo o mais que necessario for.

O presidente poderá admittir que a assignatura do gerente, quando este não for um dos directores, seja por si só valida nos contractos de penhor mercantil e outros já resolvidos pela administração diaria do Banco e nas cousas minimas de expediente, admissão esta que suspenderá e restabelecerá toda a vez que julgar conveniente e pelo modo que lhe parecer mais acertado ; quando, porém, o gerente for ao mesmo tempo director, estas attribuições lhe competirão de direito e só a direcção as poderá suspender ;

5.º Convocar e presidir semanalmente as sessões ordinarias da directoria, e as extraordinarias que julgar convenientes ou lhe forem requisitadas por um dos directores ;

6.º Determinar as condições e as taxas dos descontos e das outras operações diarias do Banco ;

7.º Organisar e apresentar á assemblea geral dos accionistas,

nas reuniões ordinarias, o relatorio annual das operações do Banco, depois de approvado pela directoria ;

8.º Admoestar e mesmo suspender correccionalmente os empregados do Banco, quando faltarem ao cumprimento de seus deveres.

Art. 44. Quando seja conveniente, para o prompto expediente e serviço do Banco, a assignatura do presidente poderá ser preenchida pela de outro director, e da mesma forma a do gerente ou do sub-gerente.

Art. 45. O presidente com a directoria estabelecerão o modo pratico da administração do Banco, podendo, quando julgarem opportuno, redigir e mandar pôr em execução o regulamento interno do Banco e suas filiaes.

TITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 46. O fundo de reserva é destinado exclusivamente a reparar as perdas que possam verificar-se no capital do Banco, e será constituído com 10 % dos lucros líquidos verificados semestralmente até perfazer 50 % do capital social.

Quando os lucros permittirem e a directoria o julgar conveniente, poderá ser augmentada a quota destinada ao fundo de reserva.

Art. 47. Dos lucros líquidos provenientes de operações effectivamente concluidas no respectivo semestre, e depois de feitas as deducções determinadas e autorizadas pelos estatutos, será tirada a somma que for fixada para dividendo aos accionistas, levando-se o saldo que houver a uma conta de lucros, que passam para o semestre seguinte.

Art. 48. Nenhum dividendo será distribuido quando porventura se tenham verificado perdas que desfalquem o capital social e este não tiver sido integralmente restaurado.

TITULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 49. O conselho fiscal será composto de accionistas possuidores cada um de 30 ou mais acções e constará de cinco membros effectivos e de cinco supplentes, eleitos annualmente pela assembléa geral ordinaria e por escrutinio secreto, observadas as disposições dos arts. 29, 31 e 32.

O mandato dos fiscaes poderá ser approvado por eleição.

Art. 50. Os membros effectivos do conselho fiscal serão, nos casos de renuncia ou vaga por qualquer motivo, substituidos pelos supplentes.

A ordem da substituição será regulada pela votação, preferindo os que tiverem sido eleitos por maior numero de votos, e, no

caso de igualdade na votação, preferirão os que possuírem maior numero de acções.

Art. 51. Incumbe ao conselho fiscal examinar, nos tres mezes que precederem ao encerramento do balanço do segundo semestre, os livros e documentos do Banco e verificar o estado da caixa, afim de formular o seu parecer, o qual deverá ser entregue á directoria, para ser publicado e annexado ao relatorio annual.

Art. 52. Tem mais o direito de consultar com a directoria sempre que o entenda necessario, e o de reclamar a convocação da assembléa dos accionistas, quando haja motivos graves e urgentes, podendo fazer directamente a convocação, si a directoria se recusar a isso.

Paragrapho unico. O conselho poderá funcceionar com tres membros.

TITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 53. O Banco sujeita-se á fiscalisação de um funcionario do governo, nos termos do art. 31 do citado decreto n. 10.262 de 6 de julho do corrente anno, aos encargos estabelecidos nos arts. 35 e 40 do mesmo decreto, e a todas as mais disposições, assim como ás da lei n. 3403 de 24 de novembro de 1888, que lhe sejam applicaveis.

Art. 54. A dissolução e liquidação do Banco terão lugar pela terminação do prazo da sua duração, por deliberação da assembléa geral dos accionistas, ou em qualquer das demais hypotheses mencionadas no art. 28 do citado decreto n. 10.262.

Art. 55. O Banco poderá comprar, arrendar ou construir os edificios necessarios ao seu serviço.

Art. 56. O anno social terminará em 31 de dezembro e será considerado o primeiro todo o tempo que decorrer desde a instalação do Banco até 31 de dezembro de 1890.

Art. 57. Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei, acceitam e approvam estes estatutos, e, usando da faculdade que lhes dá o § 3º do art. 26 do decreto n. 8821, nomeam para o cargo de directores do Banco, durante os primeiros seis annos, os Srs. :

Commendador Antonio Loureiro Vianua, João Soares Chaves, Manoel Francisco de Almeida Brandão, Horacio Augusto Lopes, Augusto Silvestre de Faria.

Art. 58. A directoria fica autorisada a acceitar quaesquer alterações ou modificações que o governo faça nestes estatutos.

(Seguem-se as assignaturas.)

